ATA N.º3/2015
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA EM 19 DE JUNHO DE 2015

Aos dezanove dias do mês de junho de dois mil e quinze, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente de dezanove de junho do ano corrente, com a seguinte Ordem de trabalhos:

PONTO 1 – Apreciação da Atividade Municipal;
PONTO 2 – Análise, discussão e votação da Proposta do Regulamento Municipal de Venda e Concessão do Direito de Ocupação das Lojas do Mercado Municipal;
PONTO 3 – 1.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para os anos 2016 a 2021.

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a reunião cumprimentando os presentes e desejando que os trabalhos continuem a ter o cariz da defesa dos interesses dos munícipes. Passou, de seguida, a palavra à 1.ª secretária, Senhora Lurdes Veiga, a qual saudou os presentes e procedendo à chamada verificou a falta dos Senhores Fernando Pereira e Teófilo Anjos, informando que ambos apresentaram justificação da ausência.
O Senhor Presidente da Assembleia retomou a palavra solicitando que os telemóveis fossem colocados em silêncio, a fim de que os trabalhos não fossem perturbados com a emissão de sons ou ruídos.
Passou a informar que a CCDR pedira a informação do elemento da Assembleia que fora eleito para fazer parte do grupo de trabalho da revisão do PDM. Na altura, o seu nome fora votado, pelo que já fora remetida a informação pretendida.
Deu também nota de alguns assuntos tratados nas reuniões periódicas da Assembleia da CIMDouro, da qual faz parte, conjuntamente com o Senhor Silva Fernandes. Destacou o tema relacionado com a saúde, realçando a preocupação manifestada pelos representantes na CIMDouro da região do Douro Sul, nomeadamente pela forma como o Hospital de Lamego está a funcionar, existindo consciência de que a administração central hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro poderia ser mais razoável e tratar com mais dignidade os utentes da nossa região. Disse estar a ser preparado um documento que irá ser apresentado a este plenário para ser discutido e sujeito a aprovação, visando uma posição de melhoria para todos no sistema de saúde da região Douro Sul. Deu ainda a conhecer a pretensão, discutida na mesma reunião, da implementação de uma feira de venda dos produtos da região do Douro Sul, eventualmente aceite também pelas regiões, Douro Norte e Douro Superior, por candidatura a se submetida à CIMDouro. A candidatura, à partida, terá de definir uma determinada localidade que

apresente condições de espaço para rececionar um evento dessa natureza. Fora colocada a hipótese de que essa feira fosse realizada no Porto, por uma questão consensual e pela proximidade entre povos, no entanto a discussão não ficou fechada. Diz ter sido abordada a forma como se fazem os transportes que servem as unidades hospitalares. Estes deverão ter uma abertura generosa e não fronteiriça, para que os doentes usufruam de um melhor serviço. Dando o assunto por encerrado e pedindo ao Senhor Silva Fernandes para complementar, com as suas opiniões, os assuntos tratados nesses trabalhos, continuou a reunião referindo a receção de uma brochura sobre o vigésimo segundo Congresso da Associação de Municípios que irá mandar afixar no placard e arquivar no dossier da Assembleia para consulta. O evento intitula-se "Mais Interior, Mais Portugal" a realizar dia 22 de junho de 2015, pelas 21h no auditório de teatro de Vila Real, encontrando-se abertas as inscrições. Questionados os grupos de trabalho, e não havendo qualquer comunicação de ações, disse que tivera conhecimento pelo Enfermeiro Francisco Simão, representante desta Assembleia Municipal à ACES que a primeira reunião de trabalho, após a instalação da nova direção, se realizara tendo sido levantado o assunto da diferença nas taxas moderadoras, após as 20h, as quais passam de 5€ para 10€ e 20€ durante e nos fins-de-semana. Este tema irá ser reanalisado na próxima reunião, conforme lhe transmitira o Senhor Enfermeiro. Apelou aos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia para a importância de uma gestão conveniente do agendamento para a marcação de consultas no Centro de Saúde referindo que o Senhor Enfermeiro Francisco Simão se disponibilizou para se deslocar a todas as Juntas de Freguesia, explicar todo o processo, de forma a evitar constrangimentos, levantando a hipótese de informaticamente o sistema rececionar uma marcação de consulta e mesmo que o médico não esteja presente, o agendamento seja efetivado, sem que o utente tenha mais de se preocupar. Também nessa reunião tiveram conhecimento que dos sete médicos alocados à nossa região, apenas um aceitara o lugar, tendo os outros desistido, mesmo sofrendo penalizações, entre elas não poderem ser afetos à função pública durante determinado período de tempo.

O Senhor Silva Fernandes interveio cumprimentando a Mesa, o Executivo e os colegas de Assembleia, referindo que o essencial já fora dito pelo Presidente da Assembleia sobre a reunião da CIM. Frisou que a origem desse grupo de trabalho fora lançado na CIMDouro, com abertura a todos os Municípios. Aconteceu que nas primeiras reuniões, praticamente só os Municípios do Douro Sul apareceram e o processo continua na mesma. Só o Douro Sul reúne periodicamente, desenvolvendo todo esse trabalho. Chegámos à altura de passar à ação. Acrescentou que para além dos transportes na saúde e as feiras, está em agenda uma proposta de uma central de compras, relacionado com o Turismo e com o Património.

O Senhor Presidente da Assembleia, finalizada a informação relativa aos grupos de trabalho passou à aprovação da ata da reunião anterior. Dispensou-se da leitura da mesma, colocando-a a discussão, disponibilizando inscrições para quem tivesse algo a esclarecer. Inscreveram-se a Senhora Lourdes Marinho e os Senhores Silva Fernandes, Vítor Monteiro e Paulo Bito. Convidou o Senhor Paulo Bito para fazer a substituição na Mesa da Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho cumprimentando os presentes e desejando uma reunião com um bom trabalho, disse haver sempre algumas pequenas

correções a fazer numa ata. Na sua intervenção de evocação ao 25 de abril, na página 5 onde se diz "mais de dez mil camas", deverá ler-se " mais dez mil camas" com a colocação do "de", dá a entender só haver dez mil camas em todos os lares do país. Na página 10 e na intervenção do Senhor Silva Fernandes, em vez de "momentos" deve ler-se "monumentos". Existem ainda a falta de um "o", de um "se" e "falarão" em vez de "falaram"... trata-se de pequenos pormenores que serão corrigidos, antes que a ata seja colocada no site da Câmara, para acesso ao público.
O Senhor Silva Fernandes fez o reparo, sem intenção de que seja interpretado como critica, mas congratulou-se com a apresentação do documento sobre o Orçamento Participativo Jovem, feito pelo Senhor Paulo Bito, embora discordasse dele e está referido na ata. Não apareceu, no entanto, o elogio que o Senhor Paulo Bito fizera à Proposta de Orçamento Participativo por ele apresentada. Na leitura que fizera na intervenção do Senhor Presidente da Câmara este referiu que tinha sido apresentado outra proposta, mas não dissera quem a enviara. Gostaria de saber se é a sua ou outra proposta para além da sua, quer do Orçamento Participativo, quer do Orçamento Jovem. Na página 10 apresentara dois documentos – um sobre o 25 de abril e o outro sobre a estrada 222. Não tivera oportunidade de ler o relativo ao 25 de abril, por ter esgotado o seu tempo de intervenção, mas como o entregara à Mesa, pensou que devia ser anexado à ata. Disse ainda que em algumas Assembleias da região do Douro, as intervenções sobre o 25 de abril não tiveram limitação de tempo. Não diz que devia ter-se feito o mesmo, o Regulamento fora cumprido, mas ficaria agradecido se a sua alusão ao 25 de abril fosse anexado à ata.
O Senhor Vítor Monteiro interveio de seguida, cumprimentando o Senhor Presidente da Assembleia, restantes elementos da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e colegas. Reparou que na página 7 nos cumprimentos iniciais, não se referiu que cumprimentara os Vereadores dando a impressão que os excluíra. Na página 7 na frase onde se referiu à postura do PS na Assembleia, a palavra "desses" não fora a que dissera, mas sim "destes".
O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder à questão apresentada pelo Senhor Silva Fernandes, dada a sua ausência na última reunião. Pediu também à Senhora Lurdes Veiga, Presidente substituta nos mesmos trabalhos, para informar sobre a não anexação na ata do documento sobre o 25 de abril.
A Senhora Lurdes Veiga disse que o Senhor Silva Fernandes dada a falta de tempo para apresentação dos dois documentos, optara pelo que considerou ser mais dirigido ao futuro, ficando o documento sobre o 25 de abril por ler. Como fora entregue à Mesa, de imediato o mandara fotocopiar e fazer distribuir pelos Membros da Assembleia, no final da reunião.
O Senhor Presidente da Assembleia disse que uma vez estar a ser abordado esse fato na reunião que preside, faz questão de que o mesmo seja anexado à ata. Passou à votação da ata que foi aprovada por maioria, com as abstenções da Senhora Marcolina Sequeira e Senhor Jorge Rocha. Justificaram a abstenção por não terem estado presentes na reunião.
De seguida fez a apresentação da proposta "Nomeação do Revisor Oficial de Contas" que lhe fora dirigida pelo Executivo, após o envio da convocatória para a reunião. Na possibilidade de a proposta que faz, ser ou não aceite para inserção na Ordem de Trabalhos desta reunião, mandou distribuir fotocópia da mesma. Colocada à votação foi aprovada por maioria com a

abstenção do Senhor Vítor Monteiro. O Senhor Presidente da Assembleia passou ao período de antes da Ordem do Dia, com as inscrições para intervenção do Senhor Paulo Bito, Senhoras Maria Helena, Lourdes Marinho, Marcolina Sequeira e os Senhores Vítor Monteiro, Eduardo Coelho, Silva Fernandes e Vítor Tomé.
O Senhor Paulo Bito depois de cumprimentar a Mesa da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e colegas da Assembleia, propôs um voto de pesar pelo falecimento do pai do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e também pelo pai da Senhora Anabela Lopes, Membro desta Assembleia.
O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação essa proposta, tendo sido aprovada por unanimidade.
A Senhora Maria Helena começou por cumprimentar a Mesa na pessoa do seu Presidente, o Executivo na pessoa do seu Presidente, os Senhores Presidentes de Junta e Senhores Membros. Relembrou que na reunião de abril alertara para o estado de degradação das bancadas existentes no lugar da Devesa, esta semana confirmou que o perigo se mantém. Compreende que o Senhor Presidente aceite referências ao que está menos bem, mas essa situação está igual. Em oposição ao que referiu, salientou uma situação muito boa e que merece reconhecimento, a menção honrosa atribuída ao Museu do Vinho de São João da Pesqueira, felicitando a Câmara Municipal na pessoa do seu Presidente pelo feito.
O Senhor Presidente da Assembleia pediu ao Senhor Vítor Tomé para substituir a Senhora Lourdes Marinho, a fim de que possa fazer a sua intervenção e a Mesa ficar constituída.
A Senhora Lourdes Marinho referiu que como profissional de educação que foi e a sua ligação aos problemas das crianças e jovens, não podia deixar de lembrar o Dia Internacional da Criança desaparecida. Relembrou que os autarcas presentes, pela proximidade com a Comunidade, têm uma obrigação acrescida, para além da ação da sociedade em geral. A fim de ser mais sucinta passou a ler o documento que elaborara.

"

Celebrou-se no passado dia 25-05-2015 O Dia Internacional da Criança Desaparecida. Temos 1400 crianças/jovens desaparecidas, das quais constam 42, só no ano de 2014. Dessas 42 só localizaram 17, estando 25 por localizar. É certo que a maioria se trata de rapto parental, resultando deste fato a resolução dos problemas relacionados com a alienação parental.
Mas, a nossa preocupação vai mais além. Olhando para os casos tratados pelas Comissões de Proteção, no ano de 2014, foram 73019. Registaram-se mais 275 casos de comportamentos de risco. Há 339 crianças vítimas de bulling e os casos de violência doméstica atingiram 5500 crianças, dados comparativos com o ano de 2013.
Em cada dez abusadores sexuais a crianças e jovens só um é condenado.
Os casos deste género aparecem quase diariamente na comunicação social. Um exemplo flagrante conhecido há poucos dias: uma criança foi violada pelo padrasto dos 12 aos 14 anos, durante 106 vezes. Dos 14 aos 16, também 106 vezes, ou mais direi eu, porque aos 16 anos é que se soube, porque a jovem engravidara.
A criança é que sofre, mas o Tribunal considera que na idade dos 12 aos 14, e neste caso até aos 16, considera já ser habitual, já era uma rotina consentida

pela vítima e transformou a pena num só crime. Para além desta aberração da justiça, a pena do criminoso vai ser cumprida num hospital psiquiátrico, mas por quanto tempo? Pelo menos teriam que ser três a quatro anos de prisão efetiva.
O agressor é sempre considerado afetado do foro psico/psiquiátrico. Por este andar, o Ministro da Saúde vai ver-se aflito para arranjar vagas nos hospitais psiquiátricos para todos os pedófilos denunciados.
A sociedade deve ter uma postura de indignação e intolerância para com o risco das crianças e jovens. Temos de identificar e combater o risco, para que não se chegue ao perigo.
A nossa indiferença está a hipotecar o futuro das nossas crianças/jovens. Cada comunidade local e nós autarcas somos responsáveis pelas nossas crianças. Não podemos encobrir a inexistência de um treino de familiaridade para prevenir o risco e os pais não foram ensinados para isso.
Muitas das agressões doentias a menores, são fruto da desatenção e responsabilização parental. Estes desculpabilizam o "não", não conseguindo dizer que "não". O problema é que com este comportamento, estamos a criar pessoas sem filtro social.
Se há maus rapazes, há duas escolas que não funcionam: a da "família" e a da própria "escola". A responsabilização vem também da sociedade e do próprio Estado.
Quando a crise começou, o Estado devia ter reforçado os aspetos sociais e não o fez.
O desemprego, a emigração qualificada, a subida dos impostos, as reduções nas pensões e a arrogância institucional atrapalharam, originando a que mais de um terço das crianças estejam em risco de pobreza.
Os principais partidos não convergem para as decisões dos problemas. Muitos políticos têm o discurso do "podemos" e nada fazem de inovativo, limitando-se a fazer demagogia barata. O Estado desresponsabiliza-se, a proteção das crianças não se pode fazer em part-time e o Estado não assume esse fator. O trabalho de proteção a crianças e jovens depende mais de uma questão de economia social, do que de uma economia financeira.
O país não está pensado e as crianças e jovens pouco incomodam, porque não dão votos.
Não podemos consentir que se roube o direito a ser criança.
O essencial, é criarmos uma cultura de infância, focalizando o nosso trabalho no ensino de três pilares fundamentais:
- o que é a felicidade;
- o que é a mentira;
- o que é a liberdade.

A felicidade é um ato cultural. A perda de valores fundamentais como os da família gera a infelicidade. Temos de transmitir aos nossos jovens que a felicidade se constrói, devendo, ser procurada e ajudando-os nessa tarefa.
A mentira não se combate com a verdade. É preciso não mentir, essa é a pedagogia.
A liberdade é inata ao ser humano é vital, mas cuidado pois ela proporciona todo o resto da vida.

Maria de Lourdes Marinho Costa

A Senhora Marcolina Sequeira cumprimentou os presentes e perguntou ao Senhor Presidente da Câmara quando se irá efetuar a reconstrução da primeira rotunda da entrada em São João da Pesqueira. Disse achar que deve ser prontamente reparada e com a identificação do local, pois quem visita a vila, assim, saberá onde se encontra. Questionou ainda se a presença dos deputados eleitos pelo ciclo de Viseu, aquando da visita do Senhor Presidente da República, se deveu, por fazerem parte da comitiva, ou se foram convidados pela Câmara. Fez o reparo que nenhum deles se deslocara ao concelho para tratar do caso do encerramento do Tribunal, das urgências no Centro de Saúde e de outros interesses para o concelho, mas para se mostrarem com o Senhor Presidente da República já tiveram oportunidade de o fazer.
O Senhor Vítor Monteiro destacou a Avenida de Dessarges por ser muito procurada para passeios e caminhadas diárias, apesar de apresentar alguns perigos. Desconhece se a dificuldade colocada, aquando das obras, por um proprietário, já fora ultrapassada. Sugeriu a retirada desse canteiro que nem ajardinado está, construindo-se passeio. Alertou também para o fato da existência de um espaço, desde a casa do Senhor Ponciano, até à rotunda, onde existe um muro com uma altura considerável, sem qualquer proteção. Atendendo ao local, poderão surgir complicações. Não precisando de ser uma vedação muito elaborada, o importante seria haver segurança naquele local.
O Senhor Eduardo Coelho depois de cumprimentar os presentes questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o problema, já várias vezes abordado, do saneamento básico na sua freguesia.
O Senhor Silva Fernandes iniciou a sua intervenção informando estar a decorrer, no Hotel Palace de Vidago, um evento da maior importância para a região do Douro e de Trás-os-Montes. Fora convidado a estar presente, hesitou, mas entendeu que a sua presença era mais justificativa na Assembleia Municipal, pensando no entanto que o Município devia estar representado. Verificou quando chegou que ninguém do Executivo se fizera representar na apresentação da carta de compromissos para o movimento de Trás-os-Montes e Alto Douro. Lamentou a ausência de São João da Pesqueira, por se tratar de um documento que abrangerá a região, que eventualmente será apresentado em fevereiro, abril ou maio do próximo ano, num congresso na sequência das Jornadas Cooperativas que decorrerá em Vila Real. Fez votos para que até lá, o concelho de São João da Pesqueira consiga marcar presença e ter voz para manifestar os seus interesses. Visitou com uns estrangeiros, há cerca de um mês, o lugar de São Salvador do Mundo e ficou envergonhado pelo estado de abandono em que se encontra, sujo, maltratado e cheio de erva. Diz tratar-se de um local que se pretende atraia os turistas, e independentemente de o espaço pertencer à Igreja ou não, é património do concelho. Seria bom um entendimento entre a Câmara e a Igreja para se dar dignidade ao local. Enalteceu mais uma vez, o Doutor Durão Barroso pela sua escolha para a integração no grupo Bilderberg. É o único português que vai ter assento nesse grupo em substituição do Doutor Francisco Balsemão. Voltou ainda ao Orçamento Participativo para dizer que o concelho de Viseu, neste momento, tem em discussão até dia 24 de julho, propostas para as suas 24 freguesias, tendo sido apresentadas 200. Disse ainda terem sido publicados os últimos resultados dos concelhos portugueses, tendo como fatores prioritários o turismo, o nível de negócios e a qualidade de vida.

O distrito de Viseu é composto por 24 concelhos e São João da Pesqueira apareceu nas posições seguintes:
- Turismo – décimo sétimo lugar;
- Negócios – vigésimo lugar;
- Qualidade de vida – vigésimo lugar.

Refletindo nestes dados considerou serem preocupantes e provavelmente, não estamos a fazer o que devemos e o que o concelho merece. No ranking das escolas secundárias, considerou também o lugar alcançado pela Pesqueira, num universo de 599 escolas do País, São João da Pesqueira ficou na posição 552. Existirem 47 escolas piores, não deverá ser o que nos preocupe. Teremos que enfrentar com coragem e determinação todas estas questões e alterar estas modestas posições, promovendo o concelho e melhorando a sua qualidade.

O Senhor Vítor Tomé relembrou a urgência na reconstrução da rotunda da entrada em São João da Pesqueira. Enquanto comerciante, empresário e membro da Associação Comercial local, fez a observação sobre o decréscimo de feirantes e de pessoas que frequentam as feiras quinzenais. "As feiras são uma tradição e um impulso importante. Um dos fatores que tem ocasionado a falta de frequentadores das feiras é o horário dos autocarros. Partirem da vila às 10:30h, num dia de feira, não será aconselhável nem para os feirantes, nem para os compradores. O assunto poderá ser contornável, abordando a empresa transportadora, atempadamente, para aferição de horários compatíveis." Corroborou a ideia apresentada pelo Senhor Silva Fernandes sobre a carta de compromissos. É da opinião de que "quem não aparece, esquece" e que "fazendo-nos notar, lembram-se que existimos, quando não, iremos sujeitar-nos ao que os outros decidam." Tomou conhecimento de um cartaz publicitário difundido pela Essência do Vinho, com uma paisagem que ninguém conhece como pertencendo ao concelho. Mais uma vez estão a fazer um mau trabalho, a Câmara deverá fiscalizar essas ações, porque são remunerados por isso. Na sua opinião deveriam contratar alguém que seja capaz e não consentirem más atuações.

O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu o Senhor Vítor Tomé perante a atitude de estar a distribuir um papel, sem ter pedido permissão para o fazer e sobre o qual desconhece o seu teor. Solicitou que lho fizesse chegar.

O Senhor Vítor Tomé entregou ao Senhor Presidente o cartaz publicitário. Continuando a sua intervenção afirmou ser grave a situação, pois quando se paga, deve-se exigir um bom trabalho, e antes de o mesmo ser publicitado, deve fiscalizar-se o resultado final, a fim de se evitarem novas falhas no futuro.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por informar a Senhora Maria Helena que as bancadas da Devesa irão ser reconstruídos em betão para evitar mais vandalismo. Estão a elaborar um projeto geral para aquela zona. Sobre a menção honrosa recebida foi um orgulho para todos e as referências e a afluência de visitantes ao Museu têm sido boas. Respondendo à Senhora Marcolina Sequeira disse que a rotunda, derivado a um acidente de viação, implicou a intervenção do seguro. Esses procedimentos são sempre morosos, impossibilitando a Câmara de proceder à sua reconstrução, sem que o processo, com o seguro, estivesse concluído, brevemente irão ser iniciados os trabalhos. Sobre a presença dos deputados, aquando da visita do Senhor Presidente da República, o convite estava implícito pois acompanharam-no em todas as visitas efetuadas nos concelhos do distrito. Independentemente de terem trabalhado bem ou mal,

a sua presença foi como instituição que **é**, tal como nós quando representamos a nossa Autarquia. Ao Senhor Vítor Monteiro quando sugeriu o arranjo de espaços na Avenida de Dessarges, a eliminação do jardim para se seja criado mais espaço é uma ideia a aproveitar. Quanto ao outro espaço, o assunto já vem de longe, ainda não tendo conseguido chegar a acordo com o proprietário do terreno. Relativamente ao assunto do saneamento levantado pelo Senhor Eduardo Coelho, relembrou que já estiveram a trabalhar esse problema, existindo um proprietário que está a dificultar essa concretização e a retardar o processo. Sobre a carta de compromissos abordada pelo Senhor Silva Fernandes, disse que tal como ele dissera, também gostaria de estar presente, não podendo fazê-lo, no entanto frisou que esse documento não é novo, sendo a mesma carta que fora assinada há um ano, em Vila Real, pelo Senhor Primeiro Ministro, sendo o dissecar do que já fora escrito, não se tratando de uma questão fechada. Como bem dissera, o lugar de São Salvador do Mundo é Património e tem um dono. Nessa atura, disse terem já outra abertura com este novo pároco. Em certas épocas do ano, tentam proceder a alguma manutenção, esperando a valorização do espaço, conjuntamente com a Comissão Fabriqueira da Igreja. Sobre a congratulação da escolha do Doutor Durão Barroso para a integração no grupo Bilderberg, acompanha esse espírito, mas salientou não nos podermos esquecer dos feitos desportivos que os nossos atletas têm conseguido, conquistando várias medalhas de ouro, prata e bronze, totalizando sete até hoje. A nossa seleção que não perde há 11 jogos, tendo ganho 1-0 à Inglaterra. Devemos também refletir nesses dados, estando atentos a todas as vertentes que se destacam na nossa sociedade. Quanto ao tema abordado pelo Senhor Vítor Tomé sobre as feiras a Associação Comercial está atenta, elogiou o seu líder por ser competente e incansável, considerando o fato de estar ligado ao Gabinete de Empreendedorismo e ser uma força para que se trabalhe em conjunto. Sobre o panfleto da autoria da Essência do Vinho, disse não ter sido proposta pela Câmara, pensando tratar-se de um preciosismo da empresa querendo fazer alguma ação de marketing. Anteciparam-se não existindo ainda qualquer contrato, espera que sejam enviados orçamentos e o plano que pretendem desenvolver na próxima feira da Vindouro. Logo que tiveram conhecimento, chamaram a atenção, compreenderam, mas os cartazes já tinham saído. Esta situação poderá transformar-se numa mais-valia para nós, e permitirá também negociar com outros valores.

O Senhor Eduardo Coelho pediu a palavra para esclarecer o Senhor Presidente da Câmara que as dificuldades que o proprietário do terreno está a criar, podem ser negociáveis, provavelmente através do advogado da Câmara. "Se atravessarmos um terreno privado, irão ser exigidas contrapartidas. A Câmara e a Junta de Freguesia terão de negociar, pois também não é a favor que invadam um terreno com coletores e caixas e o reconhecimento possa traduzir-se na boa vontade do próprio. Reconhece não podermos esperar que o Senhor venha ter connosco, terá de ser o Município conjuntamente com a Junta irem à luta para resolução desta situação."

O Senhor Vítor Tomé pediu a palavra para esclarecer que não dissera se a iniciativa fora da Essência do Vinho, notou o profissionalismo dos Senhores ao terem colocado uma imagem que nem pertence ao concelho, interrogou-se se saberão já onde é São João da Pesqueira. Não dissera que não são bons, mas que não têm feito um bom trabalho. Considerou que a Revista do Vinho está a fazer melhor do que a Essência do Vinho em Foz-Côa.

O Senhor Silva Fernandes discordou da posição do Senhor Presidente da Câmara, perante a sua ausência no ato da discussão da carta de compromissos, dado poder fazer-se substituir por um dos restantes Membros do Executivo. Sobre o Orçamento Participativo relembrou que Viseu tem as suas freguesias todas com esse documento em aplicação. Acerca das estatísticas que referiu não obteve qualquer resposta, pensando que irá fazer uma reflexão profunda, agradecendo que o faça, porque a posição do nosso concelho merece uma atenção e uma ação imediata.
A Senhora Marcolina Sequeira considerou que o Senhor Presidente não respondeu à sua pergunta, pelo que acrescentou que "se os deputados vieram como penetras tudo bem, se a Câmara os convidou é indesculpável" continuou a achar que "o que eles fizeram pelo concelho, que não foi nada, dispensava esse tipo de parcimónia com essas pessoas".
Resumindo as respostas às dúvidas apresentadas, o Senhor Presidente da Câmara disse que tiveram conversações com a Essência e com a Revista de Vinhos, não tendo preferências, esperando resultados, dentro dos preços mais acessíveis. O Orçamento Participativo é discutível, não diremos que seja a melhor coisa que exista no mundo, avançaremos com calma e iremos introduzi-lo quando acharmos ser realmente bom, e não porque os outros já o façam. As estatísticas serão motivo de reflexão a ter em conta. Acrescentou que a Câmara convidara todos os deputados do distrito de Viseu que acompanharam o Senhor Presidente da República.
O Senhor Presidente da Assembleia continuou os trabalhos esclarecendo que os Presidentes de Junta, nas suas ausências podem fazer-se substituir por um elemento da Junta, desde que previamente lhe seja comunicada essa decisão. Deu por terminado o período de antes da Ordem do Dia, passando de seguida aos trabalhos da Ordem do Dia.

PONTO 1- Apreciação da Atividade Municipal;
O Senhor Presidente da Câmara reservou a sua intervenção para esclarecimentos apresentados, no final da discussão deste ponto.
Registaram-se inscrições da Senhora Maria Helena, Senhores Joaquim Monteiro, Sebastião Mesquita, Vítor Monteiro, Vítor Tomé e Silva Fernandes.
A Senhora Maria Helena considerou gratificante que o nosso concelho tivesse sido escolhido para a realização de alguns eventos, referindo-se às comemorações do dia do advogado. Reconheceu, no entanto, que quem nos visita nota a falta de uma unidade hoteleira capaz de acolher um número significativo de pessoas. Em outros eventos, também essa falha se notou. Como as reuniões de Assembleia são o melhor momento para transmissão de ideias, lançou o desafio ao Executivo para que criem condições a quem pretenda criar essa valência, com capacidade capaz, dado ter sido informada que só existe a disponibilização de 12 quartos. Abordou ainda as atividades recreativas, culturais e desportivas referenciadas, interpretando-as como uma função do Executivo no apoio e incentivo a todas as faixas etárias, considerando um bom trabalho à população. Fez também uma avaliação positiva à comemoração do Dia Mundial da Criança. Salientou a função didático/pedagógica das atividades desenvolvidas, do agrado de toda a comunidade escolar e da conciliação do desporto com a brincadeira, associando informações sobre a precaução e cuidados a ter com a exposição solar. Constatou a eliminação da dívida a terceiros, entre 14 de abril e 8 de junho, que achou ser um bom sinal.

O Senhor Joaquim Monteiro interveio seguidamente cumprimentando hierarquicamente os presentes. Disse que a informação está muito bem articulada mas reconhece a inexistência de obras. Notou terem ignorado, nestas atividades, a pequena obra, em final de conclusão, do lugar do Tronco na sua freguesia. Mesmo no pouco que se faça, seria importante para todos ver o nome de Ervedosa referenciado o que aconteceu muito poucas vezes. No tema indústria e energias gostaria de ter visto algum trabalho desenvolvido no largo do Ribeiro, com essa nova iluminação. "Ervedosa foi a primeira freguesia a ter luz elétrica e, só por isso, merecia ver o seu largo contemplado com uma melhor eletrificação até agosto." Na rúbrica "Saneamento" a explicação é muito vaga e também não viu nenhum trabalho nas quatro ETAR´s compactas da sua freguesia (duas no Sarzedinho, uma nos Casais e outra no Chão da Canelha), apesar de ter alertado para os maus cheiros e perigos para a saúde pública, em todas as reuniões. Lamentou não terem celebrado contratos para essas ETAR´s. Reconheceu que os índices de qualidade de vida no nosso concelho não sobem, por haver uma articulação que não os dá a conhecer, não sendo por isso visíveis. Disse haver terras que por qualquer pequena coisa, são vistas no programa de televisão "Portugal em Direto". Temos atividades, tanto a nível cultural como desportivo que podiam ser vistas e realçadas. Há técnicos na Câmara que poderiam preocupar-se com essa divulgação junto da televisão, a fim de melhorar o rosto do concelho, dando a conhecer o que fazemos durante o ano. Não gostou da publicidade feita pela Essência do Vinho, compreendeu e até desculpou o Vereador ou o Senhor Presidente, por não poderem estar com atenção a tudo, mas deverão responsabilizar alguém, e há gente qualificada para estar atenta, trazendo ao conhecimento do Executivo esses pormenores, que, parecendo simples, se poderão transformar em complicados.
O Senhor Sebastião Mesquita cumprimentou a Mesa na pessoa do seu Presidente, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidente de Câmara e das Juntas de Freguesia e colegas da Assembleia. Regozijou-se pela vinda do Senhor Presidente da República ao nosso concelho, acrescentando serem estas ocasiões próprias para apresentarmos o melhor que temos. Pensando desta forma, criticou o Vinho do Porto que fora servido, muito fraco e sem rótulo. Sendo o Vinho do Porto o ex-libris da nossa região defendeu que o Município tem a obrigação de zelar por esse património. Disse ser necessário ter muito cuidado com o que se serve porque passámos uma imagem negativa, existindo vinhos velhos de muita qualidade no nosso concelho. Sobre a atividade da Câmara, frisou faltarem obras, interrogando para quando estão planeadas os arranjos dos abrigos para os alunos na paragem dos autocarros, junto da escola. Pediu para que seja resolvida essa lacuna no período de férias. Relativamente a obras, notou que não aparecem. Alertou para a entrada do concelho, nas Bateiras, que continua a não ter qualquer referência para quem passa, informando encontrarem-se no concelho de São João da Pesqueira. Insistiu na necessidade de se dignificar aquele espaço e sua identificação. Os turistas de barco, que são bastantes, avistam 2Km do nosso concelho sem saberem que aquele território nos pertence. Sugeriu que se aproveitem as oportunidades colocando placards, e já que pretendem evitar gastos, poderiam negociar com uma empresa, ou com um produtor engarrafador. Colocando à concessão, qualquer um pegaria naquele espaço e publicitaria o concelho a custo zero.

O Senhor Vítor Monteiro iniciou a sua intervenção pelas atividades relacionadas com a cultura, felicitando o Executivo pela Menção Honrosa recebida pelo Senhor Presidente da Câmara, atribuída ao Museu do Vinho. Acrescentou ser sempre com muita satisfação e orgulho que vê qualquer reconhecimento positivo no nosso concelho. Sobre a visita de sua Excelência o Presidente da República leu a sua opinião que se passa a transcrever:

"

Ao longo da minha vida, uma ou outra vez tive necessidade de justificar a minha ausência deste ou daquele evento ou lugar. Porém é a primeira vez que eu tenho de justificar a minha presença.
A visita de Sua Exª o Presidente da República a um qualquer lugar deveria ser um momento **aguardado e desejado por todos**. Trata-se da mais alta Personalidade da Nação, que por norma é eleita com o apoio deste ou daquele partido, mas que uma vez eleito está acima de qualquer Partido ou Coligação tornando-se o Presidente **de todos os Portugueses**. O Prof Cavaco quando da sua eleição apressou-se a recordar precisamente isso, mas se depressa o disse mais depressa o esqueceu. É um Presidente ausente das grandes questões que preocupam os Portugueses, quase nunca se pronuncia e quando o faz acaba por ser infeliz naquilo que diz. É um Presidente tendencioso, que confunde o papel de Presidente da República com o de 1.º Ministro, um Presidente mesquinho e vingativo.

Não é o meu Presidente

Neste contesto e sendo eu coerente com as palavras e os atos não fazia qualquer sentido a minha presença, desta forma quero deixar claro que a minha presença se deveu na exata medida do convite isto é, enquanto deputado desta Assembleia no plano puramente institucional.

"

No seguimento da sua intervenção, elogiou o discurso de boas vindas do que o Senhor Presidente da Câmara fez na receção ao Senhor Presidente da República. Disse que aproveitou bem o momento e estivera muito bem, registando pela positiva tudo o que expusera.
O Senhor Vítor Tomé referiu-se ao destaque da visita de "Cavaco Silva pelo Norte desertificado", feita pelos jornais de tiragem nacional, Expresso e Jornal de Notícias. Abordam vários assuntos, transcreveram enxertos dos discursos dos Presidentes das Câmaras visitadas, entre eles a referência que o Senhor Presidente fez questão de lembrar, o problema das acessibilidades de que sofre o concelho da Pesqueira. No seu lugar teria aproveitado a ocasião de o termos cá e apertar o cerco. Não deveria deixar passar a imagem de que tudo está bem, não se trata de miséria, mas se não estivermos com atenção, para lá caminhamos. Perante este cenário o Presidente da República respondeu-lhe que "não encontrei aqui o discurso da desgraça, da miseriabilidade, da descrença que encontramos com frequência nos agentes políticos em Lisboa e na comunidade social". Congratulou-se com a menção honrosa atribuída ao Museu do Vinho, perguntando se o critério foi relacionado com a arquitetura do edifício, ou se ao seu funcionamento. Pela obra é mais do que merecida, se avaliaram pelo funcionamento não poderiam fazê-lo, porque não tiveram tempo para tal. Questionou se a

alteração ao horário de funcionamento do Posto de Turismo se se deveu a alguma imposição do Turismo Porto e Norte. Continua a considerar que Museu do Vinho devia estar sempre aberto ao público. Comparativamente ao concelho de Tabuaço, que destacou as festas de São João com grande publicidade na estrada 222, a Câmara deveria também divulgar a mesma festa com outdoors, que por um preço irrisório, chamariam mais gente ao nosso concelho.
O Senhor Silva Fernandes reconheceu que o documento da atividade municipal vai melhorando na apresentação, mas valores não aparecem. Registou pela positiva a menção honrosa para o Museu e a visita do Senhor Presidente da República. Adiantou que o Museu fora galardoado, na categoria de melhor Museu português do ano de 2015, uma distinção que a todos honra e enche de orgulho, especialmente se não nos esquecermos de que o 1.º lugar fora atribuído ao Museu do Café, com arquitetura de Siza Vieira. O Executivo que teve a honra de proceder à sua inauguração, com a dignidade a que assistimos, está de parabéns. Acrescentou que a Assembleia, não pode ser indiferente ao que o Museu do Vinho poderá representar para o desenvolvimento da região. Realçou o reconhecimento e gratidão para com o Engenheiro António José Lima Costa, dando os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara por ter recordado o seu antecessor. Homenageou ainda os arquitetos, Anabela Coelho e João Abreu pela conceção do magnífico espaço com que São João da Pesqueira ficou enriquecido. Seguidamente passou à leitura da sua opinião sobre a visita Presidencial que se passa a transcrever:

"
A visita do passado dia 30 de maio do Senhor Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva, a S. João da Pesqueira constitui um marco histórico na história desta vila. De fato, em mais de cem anos de regime republicano, S. João da Pesqueira recebe a primeira visita do mais alto magistrado da nação.
Durante o tempo da monarquia apenas se refere a presença do rei D. Carlos em atividades de caça e de lazer.
Para além da visita, em si mesmo, que se revestiu da maior importância, importa refletir sobre as mensagens deixadas e a possível leitura da mesma visita.
Das palavras proferidas por sua Excelência, ao longo do périplo que efetuou na região e reforçou em S. João da Pesqueira retivemos:
- O elogio das gentes e da paisagem da região
- As potencialidades da região sob o ponto de vista do património, do turismo e da atividade económica.
Sobre esta última uma chamada de atenção para o fato da região não ser só vinho, mas a grande importância do azeite, da maçã, da castanha e outra fruta.
- A necessidade de os autarcas se entenderem e fazerem parcerias que permitam potenciar sinergias de desenvolvimento.
- Jovens e autarcas devem lutar pelo interior foi a síntese da mensagem do Presidente, no encerramento do encontro " a interioridade e os desafios da emancipação jovem ".
Reter e atrair os jovens para o interior, em especial para esta região é uma obrigação.

- Finalmente uma palavra de esperança e muita confiança no futuro do país, ultrapassadas que estão as principais dificuldades.
Das visitas efetuadas aos concelhos de Moimenta da Beira, Penedono, Tabuaço e S. João da Pesqueira, o maior enfoque foi para um investimento de cerca de sete milhões de euros, em Moimenta da Beira.
É pelo investimento que os territórios se afirmam, o resto é paisagem nada é por acaso.
Serão as visitas do Senhor Presidente da República o prenúncio de uma realidade que aos poucos se vem desenhando?
Quando em 2012 propusemos nesta Assembleia, que S. João da Pesqueira, aproveitando o processo de reorganização administrativa, se disponibilizasse a encará-la a nível municipal, propondo a união do concelho de S. João da Pesqueira, com alguns concelhos limítrofes, estávamos no caminho certo e a Pesqueira teria reencontrado o seu caminho e lugar que lhe pertenceria por direito próprio, evitando algumas perdas já concretizadas e outras eventualmente concretizáveis.
Perdeu-se a oportunidade e agora será tarde.
Ainda que os programas eleitorais da coligação (PSD/CDS) e do PS não tenham nem uma linha sobre o assunto, porque a cobardia partidária a isso obriga, a verdade é que o caminho vai sendo feito em silêncio e devagar, mas sem qualquer protagonismo para S. João da Pesqueira.
Foi assim com o Tribunal, é com a GNR, será eventualmente na saúde e o mapa vai-se reorganizando com a centralidade em Moimenta da Beira.
"

O Senhor António Balça cumprimentou a Mesa da Assembleia, o Executivo e restantes Membros que constituem a reunião. Destacou a visita do Senhor Presidente da República como tendo sido uma boa promoção do nosso concelho. A comunicação social, com a relevância que dá a estas visitas, expôs para o exterior a nossa terra. Elogiou o discurso de boas-vindas do Senhor Presidente da Câmara, destacando e levando-o a refletir na resposta do Senhor Presidente da República à queixa, feita pelo nosso autarca, relacionada com a falta e dificuldades existentes nas acessibilidades ao nosso concelho. Na presença de todos os autarcas, hoje na qualidade de Presidente da República dizer que "já no meu tempo se reclamava isso." Nesse tempo era Primeiro Ministro. Registou e ficou chocado, pois reconheceu quanto o concelho da Pesqueira tem sido ostracizado pelos sucessivos governos, com o dele incluído. Estivera presente na Feira de Agricultura de Santarém e constatou que o stand da Pesqueira devia ter uma posição mais abrangente, comparativamente com outros Municípios. "Não chega mostrar os produtos, mas será necessário criar espaços para venda dos mesmos. Dois funcionários, com quem trocava impressões sobre a recetividade do público, queixaram-se que "vendíamos garrafões de azeite, caixas de vinho, mas não há, não as temos." Salientou que a iniciativa da Câmara com a valência Saúde + Perto tem sido fantástica e têm feito um grande esforço, mas a população merece mais. O governo está a preparar-se para abrir algumas dezenas de unidades de saúde familiar, sugeriu que a Câmara se esforce para a reabertura do nosso Centro de Saúde, reforçando, nessa diligência, a dificuldade nas deslocações em estradas incompatíveis para servirem de veículo de condução a uma população cada vez mais idosa e doente.

O Senhor António Froufe depois de cumprimentar os presentes iniciou a sua intervenção com a crítica da inexistência de instalações sanitárias no quinto piso do Museu do Vinho. Achou também que o Município pecou por não ter convidado o maior empresário e empregador do nosso concelho, quando da visita do Senhor Presidente da República. Também disse não lhe ter agradado que na receção feita, os Membros da Assembleia terem esperado no local que vinha mencionado no convite e outros Membros receberem-no na Praça da República. Na informação de atividades no desporto, cultura e lazer faltou incluir os encontros de Zumba em Lisboa, Porto e Régua, uma vez ser a Câmara que patrocinou essas saídas. Relembrando a aquisição de equipamentos de iluminação referidos, lembrou que a Junta tem gastos de energia com o Centro Escolar de Trevões, solicitando a disponibilização de alguma verba, para a inclusão de led´s nesse edifício escolar. Sobre o tema proteção civil, relembrou que tal como o espaço da Devesa, também o parque infantil de Trevões não tem segurança, estando cada vez mais degradado e colocando em perigo a integridade física das crianças. Perguntou de quem será a responsabilidade na ocorrência de algum acidente.
O Senhor Presidente da Assembleia respondeu à crítica do Senhor Sebastião Mesquita, com toda a sinceridade e honestidade, porque o Senhor Presidente da Câmara, não lhe saberá dar a resposta. O "Vinho Tratado" servido no almoço do Senhor Presidente da República era da Adega Cooperativa de São João da Pesqueira. Poderá, querendo, levá-lo ao local onde se encontra ainda vinho igual.
O Senhor Sebastião Mesquita interrompeu para dizer que "numa visita destas não podemos compactuar com isto, tem que se apresentar vinho rotulado."
Passada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, reconheceu que tal como a Senhora Maria Helena referiu, haver falta de unidades hoteleiras, pensando que só se referira às camas existentes na Pesqueira, temos ainda em Paredes, Ervedosa e Vilarouco, mas o grande problema são as acessibilidades, porque as pessoas têm medo de investir e depois não terem o retorno compensatório. Estão junto de duas empresas, incentivando-as a criar um espaço hoteleiro no Ermo e no Convento, mas é sempre difícil, dadas as circunstâncias já apresentadas e a interioridade. Ao Senhor Joaquim Monteiro agradeceu as sugestões aceitou as críticas, mas reconheceu que "vale mais tarde que nunca", vão cumprindo o que têm prometido em conciliação com a Junta e a Câmara. Sobre as ETAR´s estão preocupados, existindo um processo com as Águas de Trás-os-Montes para ultrapassar essa situação. Vão melhorando as que têm e fazendo o que falta. Ao Senhor Sebastião Mesquita agradeceu as sugestões e informou que num clima de colaboração estão com a Escola Profissional a auxiliar os alunos de hotelaria a aliar a teoria à prática e um dos objetivos é coloca-los à prova, servindo as refeições que elaboram, nos eventos organizados pela Câmara. Nesse contexto há falhas que assumimos e que nos farão prestar mais atenção em situações futuras. A colocação de placard nas Bateiras, têm causado algumas dificuldades com a Estradas de Portugal. Alguns têm sido roubados, agora neste momento existe a publicidade ao Museu do Vinho. Havendo alguma entidade que queira colocar outdoors, temos todo o gosto na cedência de espaço, sem cobrar qualquer verba.
Respeitou a opinião do Senhor Vítor Monteiro, reconhecendo estar no seu direito em relação ao Presidente da República, considerando que nem todos

possam comungar com o seu ponto de vista. Referiu que o discurso proferido fora mais assertivo nesta visita do que no da inauguração do Museu por se tratar de situações diferentes e com outros objetivos. O Senhor Vítor Tomé fez uma interpretação a uma frase proferida pelo Senhor Presidente da República. Como Presidente da Câmara entendera-a de outra forma. Para si o que quis dizer foi que nós, no Interior, conseguimos fazer muito, com o pouco que nos dão. Em Lisboa e nos grandes centros, fazem pouco com o muito que lhes é dado. Pensa que foi isso que quis transmitir. Sobre a divulgação dos festejos de São João, por vezes o ótimo é inimigo do bom, mas reconheceu que as críticas não são destrutivas, mas com a intenção de tentar ajudar a fazer-se melhor. Elucidou que a menção honrosa atribuída ao Museu diz respeito à arquitetura, acervo do Museu e exposições efetuadas. Os horários do Posto de Turismo não foram impostos pelo Porto e Norte, mas por acharem que deveria estar aberto nesta época, até pelo equipamento Tomi que faculta muita informação que tem demonstrado ser primordial. Respondendo ao Senhor Silva Fernandes disse ter a sua opinião sobre a reforma administrativa, mas para si é uma utopia. Temos a nossa independência enquanto concelho. Para o Senhor, se fizéssemos a unificação do concelho e das freguesias, havia mais-valias. São opiniões, segundo a do Senhor essa não-aceitação será motivo de todas as nossas desgraças. Ao Senhor Balça respondeu ter uma perspetiva diferente do que são as feiras, no caso, a de Santarém. Não são espaços de postos de venda, mas sim de apresentação dos nossos produtos. A Câmara tem o seu stand expõe e publicita, recolhe e arranja formas de contato com os produtores, tendo algum produto para provas. Dinamiza as vendas e à posteriori o negócio é efetuado entre o vendedor e o comprador. Respeita a ideia de que outro modelo possa ser estudado com outra abordagem. Sobre a saúde informou terem pedido uma audiência com o Senhor Secretário de Estado da Saúde, para se inteirarem do que se passa. Anunciaram na televisão reaberturas que não se efetivaram na prática, continuando fechados. Pediu para que se soubesse concretamente de algum Centro que tivesse sido encerrado e que tivesse sido reaberto, agradecia que lho transmitisse, para levarem dados, poderem negociar e defender os interesses do nosso concelho. O Senhor António Froufe, mais uma vez, demonstrou descontentamento com tudo. Quanto ao Museu, o fato de só haver instalações sanitárias no 3.º piso, tem a ver com o projeto de arquitetura, por isso os elevadores estão programados para parar naquele piso, fora do horário do Museu. Sobre a receção ao Senhor Presidente da República, os convites da Câmara foram feitos segundo as diretrizes da segurança do Senhor Presidente da República. Viria direto ao Museu, mas o nosso objetivo era levá-lo a visitar a Praça da República, deslocaram-se ao local acabando por ceder, na condição de chegar, passar e vir para o Museu. "Houve pessoas que se aperceberam e depois de verificarem haver muita assistência não iam mandar embora, achando que devíamos fazer uma operação de charme, aproveitando para se mostrar o que temos de bom. "A segurança privada do Senhor Presidente teve dificuldades quando viram tanta gente." Quanto ao Parque Infantil e Centro Escolar fica o registo do seu pedido.
Dando por encerrado este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu a reunião às 16:45h para um pequeno intervalo.
Às 17h reiniciaram-se os trabalhos com a apresentação do 2.º ponto.

PONTO 2 – Análise, discussão e votação da Proposta do Regulamento Municipal de Venda e Concessão do Direito de Ocupação das Lojas do Mercado Municipal;
Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara passou a apresentar o Regulamento para que se possa dar continuidade ao processo. Esclareceu que enquanto estivera em discussão pública não foram apresentadas sugestões, havendo dúvidas, poderá esclarecê-las.
O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições e como ninguém se inscreveu, passou à votação do documento o qual foi aprovado por unanimidade.

PONTO 3 – 1.º Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para os anos 2016 a 2021.
O Senhor Presidente da Câmara interveio para esclarecer que este valor de cento e sete mil e trinta e dois euros e sessenta e dois cêntimos é uma participação para o fundo do Município da Pesqueira, na candidatura à eficiência energética efetuada pela CIM. Inicialmente, estava previsto no PPI ser pago em 2015, de uma só vez, tendo sido aprovado. À posteriori, a candidatura demonstrou que o valor não irá ser pago em 2015, mas conforme demonstram na informação, de 2016 a 2021. Requer-se autorização da Assembleia para alteração ao PPI, para se poder dar seguimento ao processo.
O Senhor Presidente da Assembleia perguntou quem desejava intervir na discussão deste ponto, registando-se as inscrições dos Senhores Vítor Monteiro, Silva Fernandes e Sebastião Mesquita.
O Senhor Vítor Monteiro pediu para ser esclarecido, porque percebeu que se vão investir duzentos e quarenta e seis mil, novecentos e setenta e quatro euros e oitenta cêntimos, conforme o anexo II, do quadro da despesa a realizar, no âmbito da operação "ILUPUBDouro" – Município de São João da Pesqueira, do documento contrato de partilha de poupanças líquidas. Há uma poupança energética de trinta e um mil quatrocentos e oitenta euros e dezoito cêntimos conforme se constata no anexo DFF do mesmo documento. Disse que nas suas contas, o investimento seria pago em sete anos e oito meses achando que faltam alguns dados. Os componentes têm um tempo de vida útil, o caso dos reguladores de fluxo luminoso, dos blastos eletrónicos, sendo importante conhecer o procedimento que pensam adotar para apreciação destes dados. Achou que se deve avançar com a candidatura, esperando que seja viável.
O Senhor Silva Fernandes disse ser sensível a este problema da eficiência energética, mas relativamente a esta proposta surgiram-lhe algumas dúvidas, não pondo em causa a necessidade da candidatura. Observando os documentos enviados, disse faltarem alguns elementos. A primeira questão tem a ver com o plano plurianual aprovado pela Assembleia para os anos 2015, 2016 e 2017. Não lhe pareceu possível a alteração a um plano para anos que não foram contemplados nessa aprovação, dado acrescentarem verbas a ser gastas em 2018, 19, 20 e 21. A segunda questão, é que no quadro apresentado para alteração da proposta o valor descrito na rúbrica 3.2.0 é de duzentos e setenta e oito mil euros, enquanto que no Plano Plurianual de Investimentos aprovaram-se duzentos mil euros. Aparecem valores discrepantes. Terceira questão, no quadro apresentado "modificações do Plano Plurianual de Investimento", aparecem dados de 2016, 17 e 18 e seguintes. Deduziu que os seguintes serão 2019, 20 e 21, mas alertou que se os anos inscritos não coincidem com os do Plano aprovado, os itens seguintes necessitam de explicação, pois também poderão vir a passar de 2021. Frisou ter de haver rigor nos documentos. "Tudo isto é revelador do que há muito

vimos a denunciar no sistema político, em que as Assembleias Municipais e até as intermunicipais são consideradas como instituições amorfas ou decorativas, integrando uma coreografia que se intitula democrática, onde a informação escasseia, as questões são muitas vezes apresentadas como fatos consumados com caráter de urgência, e muitas vezes, com falta de rigor e transparência, desordenação e ligeireza." Por considerar importante esta candidatura não vai votar contra, mas vai abster-se.
O Senhor Sebastião Mesquita disse que a proposta para votação ultrapassa o Plano Plurianual que aprovaram até 2017, os valores não coincidem, existe falta de rigor, achou ser incorreto, mesmo com a justificação de ser um assunto a resolver com brevidade.
Finalizadas as intervenções o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que não se está a pôr em causa o valor da candidatura, mas sim os cento e sete mil e trinta e dois euros e sessenta e dois cêntimos que é o valor a pagar pelo Município, ao fundo de eficiência energética no âmbito da CIMDouro, conforme o estipulado na cláusula de partilha de poupanças líquidas do contrato celebrado. Conforme a candidatura previa esse valor devia ser liquidado de uma vez só em 2015. Houve alteração e esse montante será diluído pelos anos de 2016, 17, 18, 19, 20 tendo de se pagar 18 888,11€ em cada ano. No ano de 2021 o restante a liquidar serão 12 592,07 € para perfazer os 107 032,62€ que apresentamos na informação enviada para apreciação e aprovação. O valor de 200 000,00€ referenciados e aprovados no PPI para 2015, 2016 e 2017, por força da candidatura teve que ser reforçado em reunião de Executivo, no âmbito de alteração ao Plano Plurianual de Investimentos. Em termos de saldo temos 278 000,00€ nesse fundo de poupança, do qual se irão retirar esses 107 032,62€ que serão diluídos por 6 anos. O PPI aprovado contempla os anos de 2015, 2016 e 2017, como a liquidação ultrapassa para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021, daí a necessidade de discussão e aprovação desta alteração à candidatura.
O Senhor Vítor Monteiro pediu para intervir dizendo, que não vota a favor ou contra, porque de repente lhe apeteça fazê-lo. Vota sempre em consciência. Votou contra o Plano, podia fazer o mesmo, não sendo essa postura que queria manter, mas sim a defesa dos Munícipes como sempre fizera. Neste caso não lhe foram fornecidos dados concretos, por isso não tem alternativa, tendo que votar como o fizera na primeira vez.
O Senhor Silva Fernandes interveio para requerer à Mesa a deliberação de alteração dos duzentos mil euros para os duzentos e setenta e oito mil euros, decidida em reunião de Câmara.
O Senhor Presidente da Assembleia disse que irá solicitar a ata dessa reunião e procederá em conformidade para que a mesma lhe seja enviada. Colocou o ponto três a votação, tendo sido aprovado por maioria, com o voto contra do Senhor Vítor Monteiro e as abstenções dos Senhores Sebastião Mesquita e Silva Fernandes e das Senhoras Maria Helena Monteiro, Marcolina Sequeira e Anabela Pereira.

PONTO 4 – Votação da nomeação do Revisor Oficial de Contas.
Passada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentação da proposta iniciou a sua intervenção assumindo a falha de este assunto não ter constado na Ordem do Dia da convocatória para a reunião.
Esclareceu que o contrato tinha a validade de um ano, e se não viesse hoje a reunião, estariam com algum incumprimento, acrescentando tratar-se de uma renovação de contrato, mantendo-se na íntegra o processo inicial.

Solicitadas inscrições pelo Senhor Presidente da Assembleia, pediram para uso da palavra os Senhores Sebastião Mesquita e Joaquim Monteiro.
O Senhor Sebastião Mesquita questionou se a renovação do contrato do ROC é feita por convite. Disse ser coerente que se mantenha, porque já tem conhecimento e algum trabalho executado. Não concordou com os prazos, se a reunião de Assembleia não tivesse sido antecipada, provavelmente fariam logo a renovação do contrato, chamou ainda à atenção para que o revisor envie, semestralmente, informação à Assembleia dos trabalhos com documentos da avaliação e supervisão executados. Nesta reunião já deveria haver apresentação desse documento, provavelmente só aparecerá no final do ano.
O Senhor Joaquim Monteiro reconheceu este tema ter vindo tardiamente à deliberação do Executivo, e à Assembleia viera fora da ordem do dia. Disse ser obrigatório ter um ROC, mas gostaria de saber se é para dar continuidade, acrescentando que essa análise devia ter sido refletida na reunião anterior.
O Senhor Presidente da Câmara respondeu que já reconhecera a falta de o documento não ter vindo na ordem do dia dos trabalhos da Assembleia. O revisor, esclareceu, tem enviado os documentos conforma a lei estipula. Tem dirigido os relatórios à Assembleia e têm rececionado essa informação.
O Senhor Presidente da Assembleia por constatar ser já um problema várias vezes discutido pediu ao Senhor Presidente da Câmara, para que junto do revisor, solicitasse que o relatório do 1-º semestre seja enviado, a fim de que possa ser objeto de análise na próxima reunião. Seguidamente, colocou à votação a proposta de renovação do contrato com o atual revisor oficial de contas, tendo sido aprovado por maioria. Não se verificaram votos contra, registando-se as abstenções do Senhor Vítor Monteiro e Anabela Pereira.
A Senhora Anabela Pereira fez declaração de voto, justificando a sua abstenção, por ser a única proposta apresentada. O valor a auferir poder ser no mínimo dezassete mil e quinhentos euros e a proposta apresenta dezassete mil e quatrocentos, achando duvidoso e estranho pois ninguém quer ganhar menos.
O Senhor Vítor Monteiro disse que a sua abstenção se deveu ao fato de este ponto ter entrado para discussão, na hora da reunião, não tendo havido hipótese de ser estudada.
O Senhor Presidente deu por concluídos os trabalhos da ordem do dia, passou a palavra ao Senhor Sebastião Mesquita para informar sobre o estado atual da Casa do Douro.
O Senhor Sebastião Mesquita disse ser uma informação relevante. Passou a expor que "em dezembro o governo enviou para concurso público entrega da Casa do Douro. Concorreu a Associação da Lavoura Duriense constituída praticamente pelas pessoas que formavam a direção da Casa do Douro e a Federação composta pelas Adegas Cooperativas e várias associações que abrangem toda a região. A Federação atingiu sessenta e tal por cento do número dos viticultores. A candidatura da ALD como tinha muitas lacunas não foi contemplada. A Casa Do Douro foi entregue à Federação com publicação no início de junho. O edifício vai ser entregue, tem havido reuniões. Só que as antigas pessoais ainda se mantêm agarradas à instituição. Os lugares do interprofissional (cinco do DOC e cinco do Porto) já foram atribuídos à Federação. Podia avançar-se mais depressa, só que a Secretaria de Estado e o IVV, que estiveram neste concurso, demoraram-se e para a região é bom que se resolva."

O Senhor Norberto Vieira pergunta ao Senhor Sebastião Mesquita se sabe que há um processo das associações que concorreram, ainda sem resolução.
O Senhor Joaquim Monteiro disse ter-se desviado desse assunto, porque deixara de acreditar e por achar que esse processo fora inquinado por parte do governo, por não saber se deveria entregar a Casa do Douro aos lavradores durienses, ou se fazer a sua substituição. Pessoalmente sempre fora da opinião da entrega aos lavradores, para não os dividir. Na constituição das Associações, fizeram-se coisas maquiavélicas no Douro. Na escritura da renovação do Douro, sendo sócio do centro de gestão da Caixa Agrícola não fora ouvido e o Senhor Mesquita fora, encontrando tudo uma baralhada. Sabe que o concurso público fora um processo muito complicado e está em tribunal. Acredita no Douro e em muitas pessoas, sempre defendera que a Casa do Douro devesse ser entregue aos lavradores, pacificamente.
O Senhor Presidente da Assembleia apresentou seguidamente a proposta de aprovação em minuta das deliberações dos pontos 2, 3 e 4, tendo sido aprovadas por unanimidade.

ENCERRAMENTO:
O Senhor Presidente a Assembleia Municipal deu por concluídos os trabalhos às dezassete horas e trinta minutos, agradecendo a participação e a razoabilidade necessária na reunião.
Dos trabalhos foi lavrada esta ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria, irá ser assinada pelos membros que compuseram a Mesa e a redigiram.